

# Salário de funcionários vai incorporar índice de 367%

*Servidores de nível médio passam a ganhar Cr\$ 55 milhões por mês*

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), deverá incorporar ao plano de carreira dos servidores da casa o índice de 367% de gratificação de atividade legislativa (GAL), aplicado sobre o salário-base. Foi a saída que Lucena encontrou para não ter de revogar o reajuste de quase 100% dado pelo ex-presidente do Senado Mauro Benevides (PMDB-PB), dias antes de deixar o cargo, no final de janeiro.

O aumento teve efeito retroativo a dezembro do ano passado e elevou o salário dos servidores de nível médio com 15 anos de carreira para cerca de Cr\$ 55 milhões. O servidor de nível superior que tem cargo de confiança no Senado, como os chefes de gabinete dos senadores, passaram a receber cerca de Cr\$ 80 milhões. O mesmo reajuste não foi dado pela Câmara dos Deputados, que manteve o índice de 153% de gratificação de atividade legislativa sobre o salário. Assim, o servidor de nível médio da Câmara que recebe Cr\$ 12 milhões de salário, ganha, de fato, Cr\$ 32 milhões, com a GAL. Deputados e senadores ganham o mesmo salário: Cr\$ 102 milhões.

Na Câmara, cada deputado dispõe ainda de Cr\$ 80 milhões de verba de gabinete. Com este dinheiro, pode contratar no mínimo cinco e no máximo 12 funcionários, sem vínculo com a Câmara, que podem ser

## Salários no Congresso

Deputados e senadores ganham por mês  
**Cr\$ 102 milhões**

Um funcionário de nível médio com 15 anos de carreira no Senado recebe

**Cr\$ 55 milhões**

Um servidor de nível superior com cargo de confiança no Senado tem salário de

**Cr\$ 80 milhões**

Um funcionário de nível médio da Câmara ganha

**Cr\$ 32 milhões**

demitidos assim que o deputado perder o mandato. O salário, no gabinete, pode chegar, no máximo, a Cr\$ 32 milhões. Não é preciso curso superior. O pagamento do salário, assim como a indicação do servidor, fica por conta do parlamentar. É nestes postos que os deputados costumam nomear os parentes.

A diferença de gratificação entre as duas casas do Congresso provocou uma greve na Câmara, de menos de 24 horas, na quinta-feira. O movimento foi interrompido ontem de manhã, a pedido de Inocêncio Oliveira, que pediu prazo para obter uma resposta de Humberto Lucena sobre o destino a ser dado à gratifi-

cação. Anteontem à tarde, pressionado por servidores que ameaçaram invadir seu gabinete, Inocêncio declarou que não pagaria a diferença, pois o índice dado pelo Senado era "ilegal".

**Pressão** — Ao dizer isso, Inocêncio acabou criando novo atrito com o senador Humberto Lucena, com quem disputa o direito de liderar a revisão constitucional. Normalmente nenhum parlamentar se refere assim a decisões de um companheiro. Mas Inocêncio estava sendo pressionado por dois lados: os militares, que não admitem o reajuste dado pelo Senado e chegaram a entrar com mandado de segurança contra o ato de Benevides, e o diretor-geral da Câmara dos Deputados, Adelmar Sabino, que lhe entregou um estudo, segundo o qual o índice de reajuste na gratificação de atividade legislativa de 367% feria a lei 8.448, da isonomia salarial. Esta lei limita a concessão da gratificação por atividade, seja ela do Legislativo, do Executivo ou do Judiciário, a no máximo 200% do salário-base. O aumento do Senado ultrapassou os 350%.

Segundo Inocêncio, qualquer ação popular jogaria o aumento do Senado no chão. Por isso, não poderia concedê-lo. Chegou a calcular o tempo que um juiz levaria para derubar o reajuste dado por Mauro Benevides: menos de 24 horas.